

**Contas públicas** Proposta exclui correção da tabela do IR, prevê alta de 2,5% no PIB e mais R\$ 80 bi em desonerações

# Orçamento deixa de fora auxílio de R\$ 600 e projeta receita maior

Lu Alko Otta, Estevão Talar e Renan Truffi De Brasília

Em uma proposta que contrasta com as promessas do presidente Jair Bolsonaro (PL) na campanha eleitoral, o governo encaminhou ontem ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 com previsão de R\$ 405,21 em média para o Auxílio Brasil, em vez dos R\$ 600, e sem a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). A adoção das duas medidas foi sinalizada na mensagem de envio da matéria.

A proposta orçamentária também reserva R\$ 14,5 bilhões para reajustar salários de servidores, o que não será suficiente para atender a todas as categorias.

Além da ausência do principal item com impacto nas despesas no ano que vem, justamente o Auxílio Brasil em R\$ 600, chamou a atenção dos especialistas a previsão de crescimento de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). É uma projeção bem acima das do mercado (0,37%, na mais recente pesquisa Focus). A atividade econômica é fator determinante para a arrecadação.

A falta de solução para o Auxílio Brasil abre espaço para que o presidente eleito seja obrigado a fazer vários ajustes legais e até mexer na Constituição, como informou o Valor na quarta-feira, 31.

O teto de gastos, principal âncora fiscal do país e estabelecido pela própria Constituição, precisará ser alterado para acomodar os R\$ 52 bilhões de despesas adicionais com o aumento do auxílio, disse o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, em entrevista coletiva para comentar o PLOA. Para o ano que vem, o teto foi fixado em R\$ 1,8 trilhão.

Para equilibrar esse gasto extra, o governo vem apontando para a aprovação do projeto de lei que reforma o imposto de Renda (IR) e institui cobrança sobre a distribuição de dividendos. A proposta já foi aprovada na Câmara, mas enfrenta forte resistência do Senado. É um desafio grande, pois seria necessário aprovar as mudanças ainda neste ano para cobrar a nova taxa em 2023.

São todas questões a serem discutidas após as eleições, segundo o secretário. Ele admitiu que, se as mudanças no IR forem usadas para bancar o Auxílio Bra-

sil de R\$ 600 e a correção da tabela do IRPF, a carga tributária aumentará. A versão que está no Congresso Nacional é neutra do ponto de vista fiscal.

Caso o Auxílio Brasil seja elevado a R\$ 600, a estimativa é que as despesas atingirão 18,1% do PIB. É um valor similar ao de 2014, segundo Colnago.

Mesmo com essa indefinição pelo lado dos gastos, o governo decidiu abrir mão de R\$ 52,9 bilhões em receitas tributárias, ao manter a desoneração dos combustíveis. Com isso, a conta das renúncias de receita vai crescer R\$ 80,2 bilhões. O total chegará a 4% do PIB, quando o propósito da atual equipe econômica era reduzir essa conta a 2% do PIB.

Com isso, o resultado primário esperado pelo próprio governo para as contas públicas em 2023 é um déficit de R\$ 63,7 bilhões. Ainda que essa seja uma estimativa conservadora, contrasta com a expectativa de fechar 2022 com um saldo positivo.

O governo também vai reservar R\$ 38,8 bilhões para emendas de parlamentares ao Orçamento. Desses, R\$ 19,4 bilhões serão para emendas de relator, também conhecidas como RP9 ou "orça-



Esteves Colnago: teto de gastos precisará ser alterado para acomodar os R\$ 52 bilhões adicionais com auxílio de R\$ 600

## Orçamento 2023

Principais pontos da proposta

### 2023

Receitas totais	R\$ 2.257 tri
Despesas totais	R\$ 1.868 tri
Despesas discricionárias	R\$ 132 bi
Teto de gastos	R\$ 1,8 tri
Resultado primário	-R\$ 63,7 bi

### "Bondades"

Desoneração de combustíveis	R\$ 52,9 bi
Auxílio Brasil	R\$ 105,7 bi*
Correção da tabela IRPF	não tem
Reajuste de servidores	R\$ 14,2 bi

Fonte: Ministério da Economia. \*Benefício médio: R\$ 405,21

### Parâmetros

PIB real (%)	2,5
PIB nominal (R\$)	10,628 tri
IPCA (%)	4,5
INPC (%)	4,86
IGP-DI (%)	4,55
Selic (%)	12,49
Câmbio (R\$/US\$)	5,12
Petróleo (US\$/barrel)	93,93
Salário Mínimo (R\$)	1,302
Massa salarial nominal (%)	10,3

mento secreto".

Esses recursos já foram colocados no Orçamento, disse Colnago. Deputados e senadores poderão, evidentemente, alterar sua destinação. A alocação feita pelos técnicos da área econômica levou em conta que metade dos recursos precisa ser direcionada à área da saúde. Assim, R\$ 10 bi-

lhões foram reservados à pasta. Também foram contemplados ministérios que costumam receber essas emendas, como o do Desenvolvimento Regional.

O que não é objeto de emenda parlamentar, mas foi colocado na proposta orçamentária é a destinação de R\$ 3,5 bilhões de recursos RP9 para pagar o reajus-

te dos servidores. Seria uma forma de o Congresso ajudar o governo a atender seus funcionários, comentou o secretário.

A proposta de Orçamento de 2023 é de R\$ 5 trilhões no total, se forem contadas também as despesas financeiras. Os gastos discricionários, que podem ser cortados mais facilmente e incluem o custeio da máquina pública, serão de apenas R\$ 132 bilhões. Esse quadro deixa clara a necessidade de rever as regras orçamentárias, disse Colnago.

Os investimentos, por sua vez, somarão R\$ 20 bilhões, um nível historicamente baixo, provocado pelo volume cada vez maior de gastos obrigatórios.

Por fim, ao mesmo tempo em que destacou positivamente a reforma administrativa "silenciosa" ocorrida nos últimos anos, com queda na quantidade de servidores, o governo informou que pretende abrir 32,5 mil vagas no ano que vem.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Brasil **Caderno:** A **Página:** 4